



Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2017.

Carta Aberta à População

A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), instituição que representa mais de 9.000 psiquiatras brasileiros, há tempos vem demonstrando preocupação com a condução da Política Nacional de Saúde ao longo dos últimos anos. O escasso embasamento técnico-científico marcava as ações do Governo Federal na prestação de assistência aos pacientes que apresentam transtornos mentais, bem como a seus familiares.


Os pífios resultados dessa Política podem ser observados no aumento de pacientes com transtornos mentais desassistidos morando nas ruas, presos ou superlotando as emergências médicas à espera de vagas para internação. Além disso, as altas e crescentes taxas de suicídio têm assolado o país.

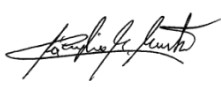
Nesse contexto, o atual Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Dr. Quirino Cordeiro Júnior, apresentou recentemente um diagnóstico ainda mais preocupante da atual Política Nacional de Saúde Mental. Ficava claro o mau uso do dinheiro público, a falta completa de monitoramento das ações da Coordenação, serviços que funcionavam muito aquém de sua capacidade instalada, além de serviços que eram custeados sem sequer existirem.


Agora, o Ministério da Saúde apresenta propostas de mudanças na atual Política Nacional de Saúde Mental, que incluem os seguintes pontos: criação de Sistema Ambulatorial com Atendimento Multidisciplinar; qualificação e financiamento mais apropriado de Hospitais Especializados; estímulo ao processo de Desinstitucionalização, incentivando a saída de moradores de Hospitais Psiquiátricos, porém sem promover o fechamento dos Leitos, mas sim os qualificando para o tratamento de pacientes com quadros clínicos agudos; estímulo a unidades de Saúde Mental em Hospitais Gerais, com obrigatoriedade de Equipe Multidisciplinar completa; Criação de CAPS especial para áreas de grave consumo de crack e outras drogas, também chamadas “Cracolândias”; Programas de Prevenção ao uso de Álcool e Drogas e Prevenção do Suicídio; regulamentação adequada das Comunidades Terapêuticas, integrando-as à rede assistencial.

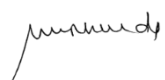
Tais mudanças são indispensáveis para a melhora do tratamento dos pacientes que apresentam transtornos mentais e dependência ao uso de álcool e outras drogas, bem como de seus familiares. Assim, a ABP apoia tais propostas de mudanças na Política Nacional de Saúde Mental.


Atenciosamente,



Antônio Geraldo da Silva
Diretor Tesoureiro


Claudio Meneghello Martins
Diretor Secretário


Carmita Helena Najjar
Abdo
Presidente


Maurício Leão de Rezende
Diretor Tesoureiro Adjunto


Fátima Vasconcellos
Diretora Secretária Adjunta


Alfredo José Minervino
Vice-presidente